

Manipulações e contramanipulações

Além da histeria em torno da H1N1, com a classe média altíssima acorrendo em massas aflitas aos postos de vacinação VIP, uma nova epidemia varre a cidade: a Síndrome Antimanipulatória Aguda (S.A.A.). Os sintomas são conhecidos. Os que contraem essa infecção do espírito desenvolvem uma ira súbita contra tudo o que afirmam ser um truque de “manipulação”. O contágio se dá pelo discurso enunciado alguns decibéis acima. Em ambientes de muita falação inflamada contra os “manipuladores” e suas arditosas armações para tapear o povaréu crédulo e desprotegido, o mal se espalha com mais facilidade. Também pode ser transmitido pelas redes sociais.

A Síndrome Antimanipulatória Aguda é uma tragédia para a saúde da esfera pública, atacando na raiz os vasos comunicantes pelos quais deveria fluir a razão. Quando a S.A.A. se alastra, o argumento racional silencia. Nos surtos epidêmicos mais graves – ainda não é o caso do Brasil – a esfera pública entra em fase agônica.

Há pacientes de tipos diversos. Os que se declaram “de esquerda” creem que toda denúncia de corrupção envolvendo gente do Partido dos Trabalhadores (PT) é obra da “manipulação da direita”. Os pacientes que se declaram “antipetistas” asseveram que os compositores Chico Buarque e Caetano Veloso, quando repetem o bordão “não vai ter golpe”, estão a serviço da máquina de manipulação da esquerda maligna.

Embora a doença se manifeste tanto em populações “à esquerda” quanto em populações “à direita”, existem diferenças entre um campo e outro, o que não surpreende os cientistas, já que a enfermidade está associada ao córtex ideológico.

Começemos pelos pacientes “de esquerda”, que também gostam de se classificar como “progressistas”. Um sintoma que os distingue são as menções nervosas ao legado teórico da Escola de Frankfurt. O modelo mental que mobilizam, no entanto, não é frankfurtiano – é superficial, anacrônico, melodramático e não tem nada de dialético. Quando acontece de se explicarem (o que é raro), esses pacientes alegam que a “manipulação” é “de direita” e se reduz a um expediente mal-intencionado por meio do qual os proprietários dos meios de comunicação travestem suas mentiras com a aparência de verdade para tapear o público. Outro traço recorrente na fala sintomática é a convicção inabalável de que os tais proprietários dos meios de comunicação agem de modo “orquestrado”, numa sincronia perfeita em que até mesmo os silêncios do âncora no telejornal cumprem um roteiro preestabelecido para melhor iludir as audiências.

Para os pacientes de S.A.A. que se declaram “de esquerda”, os principais canais de TV, bem como as revistas e os jornais brasileiros, articulam-se num complô com o propósito de golpear de morte a democracia (cuja instituição maior é o mandato de Dilma Rousseff) e aí acabar com o Bolsa Família (farol do socialismo em construção). São contraditórios e incoerentes, mas não se dão conta disso.

Até ontem repetiam que a imprensa não tem mais poder algum e que os “formadores de opinião empregados na grande mídia” já não formam a opinião de mais ninguém. Agora bradam que a imprensa é a grande culpada pela aprovação da admissibilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

Acreditam que a burguesia tenha colocado um supermanipulador onisciente para editar cada legenda de jornal e teleguiar os movimentos das sobranceiras de William Bonner. Esperto como a peste, esse supermanipulador controla corações e mentes da massa (e também os votos dos deputados federais). A massa, principalmente ela, cai em todos os contos do vigário que vê na TV. Seguidores de Pelé, que na década de 1970 fez a sua declaração mais notável – “o povo não está preparado para votar” –, os pacientes “de esquerda” da Síndrome Antimanipulatória Aguda não têm a menor dúvida: o povo brasileiro não está preparado para ver televisão.

As coisas já seriam bem complicadas se a epidemia tivesse feito estragos apenas “à esquerda”. Nosso problema é que no outro lado do chamado “espectro ideológico” a devastação não é menor. Aí, os infectados apresentam sintomas análogos, mas distintos. Acham que os apresentadores de televisão que exultam quase saltitantes diante de gráficos que mostrariam que o avanço do impeachment faz a Bolsa subir e o dólar cair estão sendo apenas objetivos, apartidários, imparciais e fiéis aos fatos.

Os pacientes de S.A.A. no campo dos autodeclarados “antipetistas” não veem desequilíbrio nenhum na desproporção entre artigos de opinião que defendem o impeachment e os que rejeitam o impeachment. Acreditam que toda defesa do mandato de Dilma Rousseff é uma defesa velada – e “manipulatória” – do “maior escândalo de corrupção da história da humanidade”. Logo, só haveria sensatez na defesa do impeachment já. Acreditam que não há nada de esquisito nas romarias de engravatados em carros pretos acima do limite de velocidade na direção do Palácio do Jaburu, onde o vice-presidente, ainda vice, já nomeia e desnomeia seus ministros (vice-ministros) pelas páginas dos jornais, num sinistro **shadow cabinet** com as pernas de fora, um **shadow cabinet** que só não é “reality show” porque parou no tempo do teatro canã.

Diante de qualquer crítica que questione a postura dos que já estão formando o governo paralelo, saem aos gritos contra a “manipulação de esquerda”. Imagine! Onde é que já se viu? A ferveção política no Jaburu está absolutamente adequada à normalidade institucional e ao Estado de Direito. O vice está apenas cumprindo o seu dever constitucional de montar o vice-governo.

Se alguém pergunta por que é que a Operação Lava Jato já não tem tanto destaque como antes, o paciente “antipetista” de S.A.A. logo aponta a “manipulação de esquerda”. Para ele, distorção só existe na TV Brasil. O quê? Você não viu a TV Brasil ontem à noite?

*EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA E PROFESSOR DA ECA-USP

Na educação, a síntese dos fiascos brasileiros

As más classificações em educação e em competitividade são itens do mesmo quadro. O fracasso na educação pode ser a síntese de todos os fracassos do Brasil neste começo de século, refletidos na maior recessão em muitas décadas, no baixo potencial de crescimento, na estagnação da produtividade, no escasso poder de competição internacional, no retorno humilhante à armadilha da crise fiscal e na corrupção como componente da rotina política. A ilusão do avanço e a queda na realidade foram marcadas em duas capas famosas da revista *The Economist* – na primeira, o Cristo Redentor subindo como um

foguete, na segunda, despencando de cabeça para baixo. Uma fantasia permanece, no entanto, em alguns discursos políticos e, talvez, na mente das pessoas mais crédulas. Ainda se fala sobre o resgate de dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

De fato, milhões ingressaram no mercado de consumo graças a transferências de dinheiro por mecanismo fiscal e à elevação real do salário mínimo por decisão política. Quantos desses pobres, ou ex-pobres, segundo os mais otimistas, se tornaram mais capazes de ganhar a vida no mercado, em condições normais, apenas com suas habilidades e seu esforço? Ninguém respondeu ainda a essa pergunta, mas, além disso, poucos a têm formulado de modo explícito. O Brasil ainda é conhecido por seus indicadores de pobreza e desigualdade, mesmo depois das alardeadas façanhas do populismo e da melhora de alguns números. Mas houve mesmo tanta melhora?

Uma boa pista sobre essa questão foi apresentada há mais de 200 anos, na França, pelo marquês de Condorcet, filósofo, matemático, membro da Assembleia revolucionária e, como tantos outros líderes, vítima da própria Revolução. A instrução, escreveu Condorcet, é “um meio de tornar real a igualdade de direitos”. É inútil, segundo ele, proclamar essa igualdade quando a ignorância mantém um homem na dependência do saber de outros. Por isso, “a instrução pública é um dever da sociedade em relação aos cidadãos”. As ideias do marquês sobre educação aparecem nas suas *Cinco Memórias sobre a Instrução Pública*, editadas em 1791, e no *Relatório sobre a Instrução Pública*, lançado no ano seguinte. São propostos programas de acordo com a idade, com o tipo de ocupação procurado e com a vocação científica ou profissional do estudante.

A educação geral inclui uma etapa básica e, em seguida, como objetos de instrução comum, “um curso muito elementar de matemáticas, de história natural e de física, absolutamente dirigido para as partes dessas ciências que podem ser úteis na vida comum”. A esses ensinamentos devem acrescentar-se elementos da Constituição nacional, noções fundamentais de gramática e de metafísica, primeiros princípios de lógica e noções de história e de geografia. O objetivo ultrapassa a formação de competências para a vida produtiva: a ideia é formar cidadãos, pessoas capazes de participar conscientemente da vida social. A ideia da instrução como promotora da igualdade tem um amplo significado.

A mesma preocupação aparece, mais de 200 anos depois, no texto de apresentação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, conhecido pela sigla Pisa: que conhecimentos e capacidades são importantes para os cidadãos? Essa pergunta abre o relatório do exame aplicado em 2015 a 540 mil estudantes de 72 países, jovens de 15 anos, no final, portanto, da fase de educação obrigatória. Trata-se de saber, segundo o texto, se eles obtiveram os conhecimentos e competências essenciais “à plena participação em sociedades modernas”. Não se trata somente de economias modernas, embora esse ponto seja importantíssimo, mas de sociedades, algo mais amplo.

O teste incluiu, como sempre, questões de ciência, leitura e matemática. Mas neste ano o objetivo principal foi medir a qualificação para o exame de questões científicas e a capacidade de achar soluções para problemas novos. Além disso, os estudantes preencheram questionários sobre sua origem e suas condições de vida.

Os estudantes brasileiros, como sempre, foram muito mal. Conseguiram em ciências 401 pontos, muito abaixo da média geral (493) dos alunos dos países da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O grupo é formado majoritariamente por países desenvolvidos, mas com participação relevante de emergentes, incluídos México e Chile. Em leitura os brasileiros obtiveram 407

pontos. Em matemática, 377. As médias da OCDE nessas disciplinas foram 493 e 490. Acima do Brasil ficaram, entre dezenas de outros, Chile, Bulgária e Costa Rica. Além disso, Colômbia, México e Uruguai gastam menos que o Brasil por aluno e conseguem resultados melhores. O Chile, com despesa média praticamente igual, obteve 477 pontos em ciência. Enquanto isso, o debate brasileiro continua centrado no tamanho do gasto em educação.

Dois meses antes do novo relatório do Pisa, saiu o ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. O Brasil ficou em 81.º lugar entre 138 países. Foi a pior classificação na lista publicada a partir de 1997. No relatório anterior o País estava na 75.ª posição. A 48.ª colocação, a melhor, havia sido alcançada em 2012. A recessão pode ter afetado as duas últimas notas, mas o declínio começou bem antes. Além disso, o Brasil tem sido regularmente mal classificado em questões estruturais, como tributação, infraestrutura, educação e formação de mão de obra. Houve até um avanço no item “educação superior e treinamento”, mas da 93.ª para a 84.ª posição. Seria um dado animador num conjunto de mil países. Mas são apenas 138.

As más classificações no Pisa e no quadro de competitividade são mais que uma casualidade. Além disso, o Brasil, embora seja uma das dez maiores economias, continua em 25.º entre os exportadores. Todos esses dados se completam e, é claro, remetem a Condorcet. É séria, no Brasil, a conversa sobre igualdade e cidadania?

*Jornalista